
Quo vadis Antropologia Histórica? a pesquisa histórica entre a Ciência Histórica da Cultura e a Micro-História¹

*Hans Medick**

Resumo: Este texto procura descrever o debate que se desenvolve há alguns anos na Alemanha entre Ciência Social Histórica (ou História Social) e Antropologia Histórica. Nesse sentido, procura-se defender a segunda contra correntes radicais da primeira. Ao mesmo tempo, porém, faz-se uma tentativa de traçar limites claros entre a Antropologia Histórica aqui proposta e tentativas excessivamente “antropologizantes”, que caracterizam alguns setores da historiografia contemporânea.

Palavras-chave: Antropologia Histórica, Ciência Social Histórica, historiografia alemã.

Abstract: This text tries to describe the debate which has been going on for a few decades in Germany between Historical Social Science (or Social History) and Historical Anthropology. Hence it seeks to defend the latter against radical streams of the former. At the same time, however, there is the attempt to draw clear-cut limits between the Historical Anthropology proposed here and attempts excessively “anthropologizing”, which characterize some sectors of contemporary historiography.

Key words: historical anthropology, historical social science, German historiography.

Há alguns anos desenvolve-se um animado debate em torno de uma nova concepção de História: a Ciência Histórica da Cultura.² Que caracteriza esse debate no âmbito de fala alemã – não só na perspectiva de meu próprio percurso acadêmico-científico – é que ele foi desencadeado por historiadores e historiadoras da História Social. Se no início esse debate tinha como foco central uma ampliação da História Social, com a inclusão da cultura, trata-se, entretanto, de uma questão mais fundamental. Alguns insistem que a História Social – diante dos desafios propostos por estudos culturais em perspectiva histórica – deve ser ampliada para uma Ciência Histórica da cultura. Outros historiadores, pelo contrário, tentam encaminhar a solução

* Professor de História Moderna e Antropologia Histórica na Universidade de Erfurt/Alemanha; *permanent fellow* no Instituto Max Planck em Göttingen/Alemanha.

na direção de uma Antropologia Histórica. Seu objetivo é atingir um novo patamar da Ciência Histórica dentro do âmbito das disciplinas que se dedicam ao estudo científico da Cultura, aberta para a interdisciplinaridade, mas que se mantenha, mesmo assim, no terreno do “ofício do historiador”, como disse o grande historiador francês Marc Bloch (1992, 1993, 2000, 2001).

Gostaria de iniciar minha apreciação com uma referência à transformação sofrida por aqueles historiadores que, nas décadas de 70 e 80, se apresentaram como os grandes desbravadores de uma orientação bem-específica, denominada “Ciência Social Histórica”. Na sua fase inicial, naqueles decênios, tratava-se de firmar como paradigma do conhecimento e da pesquisa históricos as concepções de uma História Social estrutural da era industrial. Em anos mais recentes foram os mesmos representantes dessa orientação da História Social que começaram a reivindicar a liderança na discussão em torno da virada na Ciência Histórica cunhada pela Ciência da Cultura.

Assim, Hans-Ulrich Wehler, certamente o mais combativo co-fundador da Ciência Social Histórica desde os anos 1960, publicou, em 1996, juntamente com Wolfgang Hardtwig o livro *Kulturgeschichte heute (História cultural hoje)* (Hardtwig; Wehler, 1996). Na introdução, redigida em co-autoria com Hardtwig, tenta-se delinear, para a Ciência Histórica do âmbito de fala alemã, uma vez mais, a necessidade de recuperar uma modernização atrasada. Já na década de 70, nos inícios da “Ciência Social Histórica”, acontecera algo semelhante. Enxergava-se, na época – sem dúvida, com toda razão – uma historiografia alemã contemporânea excessivamente determinada pela história Política e pelo legado do historicismo. Contrapunha-se, então, a essa historiografia, a imagem de uma Ciência Histórica extra-alemã mais progressista, científico-social-crítica, colocada sob a luz de modelos teórico-modernizantes. As comparações eram feitas, sobretudo, com os Estados Unidos e a Inglaterra. Na época, ainda não se tomava conhecimento da história das mentalidades e da história social francesas originárias da tradição da escola dos *Annales*. Em 1996, recorreu-se, mais uma vez, a um tipo de legitimação muito semelhante, tendo em vista, agora, a História Cultural. Afirma-se que nos encontramos, sob esse aspecto, numa situação de *tabula rasa* na escrita e na pesquisa da história alemã contemporânea. O mundo historiográfico anglo-americano e a Ciência Histórica francesa, em contrapartida, constituiriam, desde os anos 70, arenas nas quais estariam em gestação abordagens inovadoras. Em consequência desse pressuposto, a Ciência Histórica alemã teria como única alternativa tentar recuperar o atraso através do recurso às posições “mais avançadas” da pesquisa extra-alemã.

Considerando a situação da Ciência Histórica alemã, consegue-se responder de uma maneira mais satisfatória às perguntas sobre as tarefas, as possibilidades e os limites do conhecimento de uma nova História Cultural se forem levadas em conta as discussões na Ciência Histórica extra-alemã (Hardtwig; Wehler, 1996, p. 7).

Não há nenhuma palavra sobre história do cotidiano e Antropologia Histórica, como tentativas de incluir enfoques histórico-culturais e científico-culturais na discussão alemã dos últimos 15 anos. É verdade que se faz referência a – e até se invoca – um “debate”, sem que, no entanto, os referidos enfoques sejam citados pelo seu nome.

Hans-Ulrich Wehler redigiu para os festejos acadêmicos de seu 65º aniversário, em 10 e 11 de outubro de 1996, um depoimento muito esclarecedor sob esse aspecto. Deu ao seu texto o título *Rückblick und Ausblick oder: arbeiten, um überholt zu werden?* (Retrospectiva e prospectiva, ou: trabalhar para ser superado?) (Wehler, 1996). Logo no início, cita a frase de Max Weber: “Razão de ser de todos nós é sermos cientificamente superados” (Wehler, 1996, p. 7); e abre, com isso, o horizonte para uma autocrítica. E essa também ocorre, em parte, mas não em pontos centrais de sua argumentação. Ele interpreta o novo interesse por “análise cultural” – expressão sua – como um desdobramento daquela forma de história social que foi criada e praticada pela Ciência Social Histórica. Na mesma linha vai seu livro *Die Herausforderung der Kulturgeschichte (O desafio da História cultural)* (Wehler, 1998; veja também Wehler, 2000). Mas, diferentemente do tom mais pacífico-conciliador de seu discurso de aniversário, Wehler abre, aqui, frentes de combate em estilo social-darwinista. Coloca a Ciência Social Histórica num confronto agressivo com aquilo que chama de *Nova História Cultural*. Esse confronto se caracteriza por termos e frases como *luta*, *liderança de opinião (Meinungsführerschaft)*, *capacidade de imposição (Durchsetzungsfähigkeit)*, *capacidade de adesão/adaptação (Anschlussfähigkeit)*, *exclusão*, e *continuar a defender a vantagem* (como última expressão de seu texto) (Wehler, 1998, p. 10-11, p. 150-151, p. 153), mas também por atos de delimitação/exclusão (*Ausgrenzung*). Esses atos de delimitação/exclusão (*Ausgrenzung*) atingem, num dos casos, a região do baixo ventre: quando da difamação do homossexualismo de Michel Foucault. Esse homossexualismo é relacionado – numa expressão que diz muito, mas também não diz nada – com o suposto papel de Foucault como “caçador de ratos para a pós-modernidade” (Wehler, 1998, p. 91).³

Chama a atenção, também, a proposta de integração/incorporação que Wehler, como representante da História Social, faz à História Cultural. Essa oferta continua a apontar no sentido de uma “agregação” a um conceito

superior de sociedade, que – naturalmente – “incluiria, de forma mais decidida e receptiva do que antes, a dimensão cultural” (Wehler, 1998, p. 148). No mais, pretende-se continuar de acordo com o receituário da antiga Ciência Social Histórica: tome-se um ou dois mestres-pensadores – também chamados “semideuses” –, “um amplo referencial analítico” buscado em alguns conceitos-chave e, sobretudo, uma “teoria da ação” – e, com isso, até os estímulos fornecidos por “espíritos menos exigentes” podem cair em terreno fértil, quando utilizados por “historiadores e historiadoras que pensam em perspectivas amplas”. Dessa forma, lê-se, uma ironia agressiva, no seu depoimento de 1996: “necessitamos de uma conceitualização dos problemas e das abordagens metodológicas que, sem dúvida – mais ou menos no sentido das teorias da ação de Weber ou de Bourdieu –, procurem dar conta da onipresença de influências e de forças culturais. Com isso, a História Social ganharia um amplo marco referencial de análise e poderia trabalhar, no seu descontraído ecletismo, com proposições de Geertz e de Elias, de Douglas e de Turner, e de vários outros. Mas esses autores são, para historiadores e historiadoras que trabalham com perspectivas amplas, sem dúvida, teoricamente menos exigentes e menos desafiantes do que os citados semideuses” (Wehler, 1996, p. 12).

Parece-me importante chamar a atenção para o *como* aqui é abordada a virada representada pela História Cultural: em primeiro lugar, como uma operação conceitual baseada em Max Weber, ao qual, mais recentemente, se junta Pierre Bourdieu, como um segundo semideus. É sintomático que etnólogos como Clifford Geertz, Mary Douglas e Victor Turner, mas também o sociólogo Norbert Elias – que trabalha numa perspectiva histórica e vem, afinal, da órbita weberiana –, sejam claramente deslocados para um segundo plano. É verdade que eles (melhor: seus conceitos) podem ser úteis, mas também “menos desafiantes para historiadores e historiadoras com perspectivas amplas”, pois “teoricamente menos exigentes”. A pesquisa e a formulação de conceitos, ou sua modificação através da investigação histórica não fazem parte dessa agenda.

Soa paradoxal que a maioria das contribuições da, sem dúvida interessante, coletânea *Kulturgeschichte heute* não se preocupe com a situação da pesquisa extra-européia, para tentar recuperar o suposto atraso, como é sugerido pelos editores na introdução. À exceção de um caso, faltam contribuições sobre a atual discussão na França e nos Estados Unidos. Os autores e as autoras estão, muito antes, interessados em recuperar e revitalizar tradições alemãs, e oferecem um panorama dos debates dos últimos 20 anos, em cujo final está o novo interesse pela História Cultural.

Uma das contribuições faz isso de uma maneira muito marcante. É o texto de Otto Gerhard Oexle, com o título *História como Ciência Histórica da Cultura* (Oexle, 1996). Aqui encontramos a seguinte frase programática: “Não se trata de uma nova ‘História Cultural’, mas sim, de ‘Ciência da Cultura’ com objetivos historiográficos” (Oexle, 1996, p. 21).

É, sem dúvida, esclarecedor como essa sentença é resgatada. Isso acontece, sobretudo, via uma “certificação” dada pela História da Ciência, com a re-apropriação de uma tradição das Ciências da Cultura alemãs e francesas. Oexle, nesse seu texto – mas também em outros de seus trabalhos (Oexle, 1998, 2000) parte do pressuposto de que as questões científicas e teóricas decisivas ligadas à cultura já foram formuladas pelos grandes cientistas da cultura e pelos filósofos alemães e franceses em torno de 1900: Max Weber, Georg Simmel, Aby Warburg, Ernst Cassirer, Ernst Troeltsch (na Alemanha) e Emile Durkheim (na França). E eles, na atualidade, ainda podem constituir-se em orientadores para um avanço e em modelos para um “novo desenvolvimento de ‘questionamentos na Ciência da Cultura’” (Oexle, 1996, p. 33). Ele adere à concepção, simultânea de Weber e de Durkheim, de que uma sociedade se constitui, sobretudo, pela idéia que “faz de si mesma” (Oexle, 1996, p. 19).⁴ Essa visão leva – segundo suas palavras – “às provavelmente mais importantes e mais influentes abordagens para uma Ciência Histórica da Cultura, que vigoraram em torno de 1900” (Oexle, 1996, p. 29).

A julgar pelas frases programáticas de Oexle, busca-se, sem dúvida, uma renovação fundamental da História como uma “Ciência Histórica da Cultura”. Em algumas passagens, Oexle parece ir mais longe, quando, por exemplo, reivindica: “A Ciência Histórica necessita de uma decisiva desdisciplinarização, o que talvez também seja válido para outros campos da Ciência da Cultura” (Oexle, 1996, p. 31).

Essa reivindicação geral por uma renovação da História na forma de uma Ciência Histórica da Cultura e uma decidida “desdisciplinarização” é, porém, ao mesmo tempo, relativizada – e isso acontece a partir de observações que levam em conta a situação real do campo da História:

Uma certificação reflexiva sobre a Ciência da Cultura em torno de 1900 parece inevitável. Refletir sobre a “História como Ciência Histórica da Cultura” à luz de uma tal certificação, naturalmente, não significa que o campo da “História” deva ser transformado em uma Ciência Histórica da Cultura. Isso ninguém pode aspirar frente à pluralidade e à diferenciação desse campo – o que se dá em diferentes formas de manifestação, que, por sua vez, são historicamente determinadas. Mas, sem dúvida, se poderia destacar com mais ênfase certos aspectos e certas perspectivas, dar importância a questionamentos até agora pouco desenvolvidos (Oexle, 1996, p. 21).

A virada sugerida por Oexle em direção à “História como Ciência Histórica da Cultura” deve realizar-se, sobretudo, via uma “certificação” e uma “apropriação”, por parte da História como Ciência, da tradição em torno de 1900. No entanto, são esperados apenas estímulos moderadamente modificadores sobre “determinados aspectos e perspectivas” da pesquisa histórica. Não se visa a nenhuma mudança fundamental, nem na concepção de História nem no processo de pesquisa histórica, mas também nenhuma concessão de um papel novo à Ciência Histórica dentro da, sem dúvida, pluralidade múltipla de abordagens praticada nas atuais “Ciências da Cultura”. Nesse sentido, me parece muito sintomático que se fale, aqui, em “Ciência da Cultura” e não de “Ciências da Cultura”.⁵ Desconfio que para essa “Ciência da Cultura em perspectiva histórica” não interessa, em primeiro lugar, um desdobramento da atual prática das Ciências Históricas europeias por meio de novos estímulos vindos das Ciências da Cultura extra-europeias e europeias, mas antes lhe interessa a criação de uma tradição e de um cânone cientificamente legitimado, e nesse sentido pela História como *memoria*, como memória e consciência históricas de um determinado tipo de Ciência da Cultura.

Afinal, como fica a discussão em torno de uma Antropologia Histórica em relação às possibilidades aqui indicadas de uma História como Ciência Histórica da Cultura? É possível enxergar a Antropologia Histórica como uma “Ciência Histórica da Cultura”, ou ela segue outro caminho, tanto sob o aspecto de seus conteúdos quanto sob o aspecto de suas abordagens metodológicas?

Quero tecer, a seguir, algumas considerações, em forma de teses. Elas pretendem dar uma contribuição para um debate que também é extremamente oportuno para esta revista.⁶ Nesse debate devem vir à tona as diferentes concepções de Antropologia Histórica apresentadas nesta revista e em outros veículos, mas que até agora, em geral, foram feitas sem um relacionamento explícito entre si.⁷ Deve se estabelecer um diálogo teoricamente esclarecedor, o qual, sobretudo, deve estar aberto também para perguntas e questionamentos por parte de posições divergentes.

A concepção aqui defendida parte do pressuposto de que uma Antropologia Histórica pode ser praticada com grande proveito como uma das orientações da “Ciência Histórica numa perspectiva de Ciência da Cultura”. Ela leva a sério a pretensão da Ciência Histórica em constituir uma disciplina independente, mas, ao mesmo tempo, dá mais abertura ao poder motivador da interdisciplinaridade e à capacidade heurística das atuais abordagens e discussões nas Ciências da Cultura, do que acontece hoje no programa de uma “Ciência da Cultura em perspectiva histórica”, a qual se atém à certificação histórica e à revitalização de uma única “grande” tradição da Ciência da Cultura europeia.

I.

Antropologia Histórica deveria ser mais do que uma simples História antropologizante, isto é, uma pesquisa histórica que se dedica a temas próximos à Antropologia, como família e parentesco, nascimento e morte, rituais, história de modos de vida cotidianos e mentalidades. Não há dúvida de que impulsos da Antropologia Cultural e da Antropologia Social tiveram um efeito bastante enriquecedor, gerando desafios trans-disciplinares. Eles levaram, por exemplo, ao questionamento crescente de uma compreensão holística, homogênea de *cultura* e de identidade cultural,⁸ indo até a crítica ao pensamento que parte de pressupostos universalizantes e às pretensões epistemológicas contidas, de forma explícita ou implícita, em muitas de nossas concepções e de nossos conceitos básicos. E esses questionamentos desencadearam, entretanto, em nível internacional, uma “virada antropológica” (Berg; Fuchs, 1995; Bachmann-Medick, 1998). Mas uma Antropologia Histórica deveria contribuir para complementar e aprofundar essa virada antropológica, por meio de uma contextualização histórica e de uma “historização” crítica. Isso significa, por exemplo, um aprofundamento histórico no questionamento de pressupostos universalizantes e eurocentrados nas nossas formas de pensar como: *last not least*, estão enraizados em conceitos totalizantes de cultura e em concepções universalizantes do *homem*, e que surgiram – de forma historicamente muito específica –, na Europa, na esteira do *esclarecimento*. Antropologia Histórica questiona as “narrativas-mestras” da industrialização, abrangentes e unívocas, da formação dos Estados e das Nações, segundo as quais se desenvolveram categorias históricas básicas, tendo como fio-condutor as linhas de tradição e identidade do Ocidente. Em vez disso, ela chama a atenção para a multiplicidade e a sobreposição de culturas, para processos de miscigenação cultural. Com isso, aparecem novas categorias históricas básicas, adequadas às exigências da pesquisa científica empírica na Ciência Histórica. Justamente a *impureza* e o *hibridismo* de uma cultura, a multiplicidade de sobreposições culturais, sincretismos, transposições de fronteiras, negociações e conflitos são vistos aqui como momentos constitutivos e como motor de processos históricos – e isso de forma alguma só nas assim chamadas sociedades multiculturais do presente.⁹

II.

Antropologia Histórica é uma orientação na pesquisa que não pode ser enquadrada em nenhum campo setorial específico da Ciência Histórica. O próprio recurso conceitual à Antropologia inclui a idéia de uma orientação inter, melhor: transdisciplinar. De forma consciente, ela não obedece às delimitações por área nem às subdisciplinas da Ciência Histórica, como a História Social e a História Econômica. Um de seus pontos de partida foram, entre outros, desde a década de 80, a História do Cotidiano e as Histórias de Vida (Lüdtke, 1989). Sua principal conquista está no fato de ter colocado como alvo do interesse histórico homens “normais” trabalhando, agindo, sofrendo e resistindo – e, portanto, não só elites históricas, estruturas ou conjunturas de poder político, ou contextos nos quais os eventos acontecem. A Antropologia Histórica atribui nome e concede espaço, dentro do processo histórico, também àqueles sujeitos que não eram tidos como detentores de poder histórico. Na sua orientação transdisciplinar ainda está embutido um momento de experimentação e de prática de pesquisa que permite aproximar as disciplinas e a formulação dos problemas. A Antropologia Histórica também se posiciona, com isso, de forma consciente, entre as ilhas disciplinares dentro das Ciências Humanas. Mas seus desafios e impulsos mais fortes lhe vêm da Etnologia, como Ciência da Cultura de sociedades extra-européias, mas também da *Volkskunde* ou da Etnologia européia como Ciência da Cultura empírica das sociedades européias (Medick, 1984, 1989).

É exatamente a orientação buscada nessas disciplinas que ajuda a evitar um mal-entendido que tem profundas raízes na tradição de fala alemã sobre a Antropologia e sua variante “Histórica”: a de que ela, Antropologia, lida exclusivamente com diagnósticos básicos ou até com constantes do comportamento humano. Assim, a Antropologia Histórica se restringiria a pesquisar as variações desses diagnósticos básicos.

Essa compreensão de Antropologia justamente não se submeteu a uma verificação crítica na Ciência da Cultura. Ela chega à conclusão de que também a concepção de constantes humanas essenciais dentro de contextos culturais e históricos diferentes sempre se apresentou relacionada a significados culturais e históricos extremamente diferentes. Só na Europa moderna se desenvolveu um modelo antropológico universalizante, que pressupõe uma mesma constituição básica para todos os homens. Desde o tempo dos descobrimentos e do Esclarecimento essa concepção foi, grosso modo, aplicada também a outras culturas e sociedades do mundo, como uma construção européia e uma referência normativa. Por essa referência, foram avaliados desvios em outras culturas e, com isso, elas foram reduzidas ao conceito europeu, coisa acontecida, por exemplo, no caso da construção de

um conceito sobre o Oriente, cujos efeitos são sentidos até hoje, e que apresentavam esse Oriente como algo outro, estranho e feminino frente à civilização masculino-européia. Também a concepção de História no sentido de um desenvolvimento ascensional e evolutivo da humanidade, que tinha na Europa a sua sede representativa – e que fora da Europa (e eventualmente ainda nas altas culturas asiáticas), no fundo, só existiram *people without History* –, essa concepção tem sua origem na visão de homem universalizante formulada na Europa. Essa visão foi muito criticada pelo etnólogo Eric Wolf (1982) no seu livro *Europe and the people without History*, que, em 1986, também foi traduzido para o alemão, mas que – e isso me parece sintomático – quase não foi analisado nesse país.

Para entender o que significa *Antropologia Histórica* é decisivo ter em conta que ela representa uma compreensão nova e abrangente de cultura como categoria da investigação histórica, bem como de elementos carregados de significados da realidade histórica, e que, desde a década de 70, ganhou cada vez mais importância dentro da Ciência Histórica, em nível internacional. Essa nova compreensão recebeu muita influência da Antropologia Cultural e Social, cujas abordagens tiveram uma difusão cada vez maior entre historiadores e historiadoras dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra – menos nos países de fala alemã. O impulso para esse novo interesse por cultura como categoria e elemento central da realidade histórica resultou da crítica às deficiências da História Social como história das estruturas e da adoção de teorias sobre a Ciência e a Sociedade que se concentravam no processo de industrialização moderno e de modernização, mas também na formação dos Estados e das Nações, como objeto central (Sewell, 1999).

A concentração da Ciência Social Histórica em estruturas e processos sociais bem como em relações de poder político, determinadas pelo social e pelo econômico, relegou a um plano muito secundário a investigação em torno da dimensão dos significados culturais da realidade histórica. Isso foi, entretanto, reconhecido pelos seus representantes, mesmo que as adaptações conceituais e metodológicas sugeridas de forma alguma pareçam satisfatórias. É plenamente justificável perguntar como se concretiza, metodologicamente, a simples intenção de “fazer justiça à onipresença das configurações e das forças culturais”? (Wehler, 1996, p. 12). Até hoje a Ciência Social Histórica “modernizada”, mesmo na sua variante adaptada à presença da Ciência da Cultura, não chega ao ponto de transformar a *construção cultural* abrangente e multifacetada de realidades e representações históricas em ponto de partida da pesquisa e do conhecimento históricos. É verdade que o legado crítico-científico da História Social e a Antropologia Histórica se aproximam num ponto, a meu ver muito importante. Esse ponto apresenta um problema comum não

resolvido e uma interessante oportunidade de diálogo. Ao contrário da História Cultural de orientação mais antiga, mas também das orientações mais novas, a Antropologia Histórica parte do princípio de que, de forma alguma, modos de vida históricos e condições sociais podem ser plena e suficientemente compreendidos como *textos culturais* e *construções culturais*. Os processos históricos contêm uma materialidade específica da História, que precisa ser investigada, e que não se submete à premissa da textualidade cultural do conhecimento histórico, mas também dos processos históricos – uma premissa que estava presente tanto no *New Historicism* (Hebel, 1992; Babler, 1995) quanto na *New Cultural History* (Hunt, 1989).¹⁰

Antropologia Histórica, dessa forma, de maneira nenhuma, se esgota num afunilamento culturalista sobre questões de mentalidade, de produção de significados, de formas de expressão e de modos de agir culturalmente determinadas na História. Ela justamente se caracteriza pelo fato de vincular a busca pelo significado de cultura à pergunta pela constituição e transformação da economia e da dominação. Essa vinculação também aponta para além de uma compreensão do senso comum da Antropologia Histórica como caminho que leva a novos temas ligados à vivência. Ela, pelo contrário, exige que sua concretização seja alcançada através da elaboração de abordagens especificamente metodológicas.

III.

Se me refiro a métodos, isso pode causar alguma estranheza à primeira vista. Mas, para a compreensão da Antropologia Histórica como um campo de pesquisa e de interpretação aberto, justamente é importante ter cuidado para evitar um comprometimento metódico-conceitual estreito. Isso inclui a apressada construção de uma contradição entre perspectivas micro e macro (Medick, 1997, p. 13-37; Schlumbohm, 1998). A frase de Clifford Geertz de que “os etnólogos não pesquisam aldeias [...], eles pesquisam *em* aldeias” (Geertz, 1983, p. 32) pode indicar para uma perspectiva de conhecimento mais ampla. Ela foi referenciada ao trabalho dos historiadores por Giovanni Levi, um dos mais interessantes representantes da micro-história italiana: “Micro-historiadores não pesquisam aldeias, eles pesquisam em aldeias” (Levi, 1991, p. 93).

Levi queria iluminar, com isso, os procedimentos e os objetivos do conhecimento que caracterizam a micro-história. Ambos, Geertz e Levi, no entanto, foram mal-entendidos, nesse ponto. Etnólogos e microhistoriadores não estão presos a coisas pequenas, a detalhes históricos. Eles defendem, pelo contrário, uma observação em escala pequena e a dedicação à pesquisa

de campo local para, assim, abrir um horizonte maior, que leve além do pequeno grupo ou do indivíduo como unidades de ação aparentemente fechadas e autônomas e que permite lançar um olhar sobre a formação de redes dentro de contextos mais amplos.

Parece-me importante destacar a perspectiva de conhecimento microanalítica como um, mas de forma alguma como o único, método específico de investigação. Mas só ele permite – partindo das ações, experiências e condições de vida de pessoas individuais – localizar, de uma maneira nova, seu envolvimento em redes sociais, culturais e econômicas, incluindo seus efeitos e limites nos contextos globais. Por essa razão, uma perspectiva micro-histórica e uma perspectiva histórico-global ou universal de forma alguma devem ser vistas como contraditórias. Pelo contrário, elas estão numa relação complementar muito frutífera. Em relação a um conceito geográfico-cultural de *História Universal* estabelece-se, naturalmente, também uma tensão que é produtiva. Esse me parece ser o caso, sobretudo, quando se visa uma pesquisa de grandes “espaços culturais numa perspectiva comparada”, como o defenderam recentemente Ursula Lehmkuhl e Peer Schmidt em um texto para a coletânea *Friihe Neuzeit* (Lehmkuhl; Schmidt 2000, p. 311); isso acontece quando não se dá a devida atenção a relações interculturais, a conflitos e a interações como pressuposto da análise comparada.¹¹ Esses autores destacam, com razão, que dentro de uma orientação histórico-global não se trata apenas de fazer *História Universal* no sentido da inclusão da história de sociedades não-européias ou de *espaços culturais*, mas de investigar, cada vez mais, os processos globais de comunicação transnacional, a formação de redes econômicas, as ameaças bélicas, as transformações ecológicas que se estendem para além do âmbito dos Estados nacionais e, em especial, das áreas culturais.¹² Mas uma *História Global* que não quer desembocar numa apreciação excessivamente *global* precisa estar sempre atenta para a interação do global com o local (Cvetkovitch; Kellner, 1997) e os efeitos retroativos desses processos sobre percepções humanas, experiências e formas de comportamento. Como adendo à frase de Clifford Geertz, deveria perguntar-se hoje em dia: Que acontece com o trabalho dos antropólogos que trabalham em perspectiva histórica na era da exposição à aldeia global?

A escolha de uma perspectiva histórico-global não torna a abordagem micro-histórica supérflua. Uma vantagem decisiva para o conhecimento, obtida por meio de procedimentos micro-históricos, está no fato de possibilitar a investigação das condições da ação, as próprias ações e as interpretações dos homens em nível dos indivíduos e da formação de redes de dependência recíproca. É justamente aí que as relações recíprocas dos elementos culturais,

sociais, econômicos e de dominação, dentro dos processos históricos globais, podem ser focalizadas como relações que perpassam as histórias de vida. Em vez de uma categorização prévia na forma de substâncias macro-históricas pressupostas (a família, o indivíduo, o Estado, a industrialização), acontece aqui uma investigação empírica sobre redes de relações sociais e de vínculos entre ações; isso, naturalmente, nunca pode acontecer numa concentração exclusiva sobre elas, mas sim, sempre incluindo os condicionamentos e as condições sociais, econômicas, culturais e políticas que se manifestam e agem dentro e com elas, por meio de e contra elas. Desse modo, abrem-se novos olhares sobre a constituição de relações históricas presentes nas ações e nos eventos, mas também sobre processos históricos de curto e longo prazos.

Tentei mostrar a fecundidade de uma perspectiva de conhecimento micro-histórica no meu livro *Weben und Überleben in Laichingen, 1650/1900: Lokalgeschichte als Allgemeine Geschichte* (Tecer e sobreviver em Laichingen, 1650/1900: História Local como História Geral) (Medick, 1997, p. 13-37). É exatamente no exemplo desse lugar distante e rural, nos Alpes Suábios, que só conseguiu sobreviver durante séculos por meio da combinação da pequena propriedade com a tecelagem caseira, que fica claro como a construção de redes políticas e econômicas de uma sociedade local com mercados supra-regionais e cada vez mais globais, no longo prazo, foi sendo cunhada pela “cultura da sobrevivência” (Martin Schaffner), configurada por uma mentalidade religiosa local influenciada pelo Pietismo. Essa mentalidade – esse é o meu argumento e essa é a minha linha de demonstração – era adequada a uma realidade social na qual, sob o imperativo da distribuição da terra, a maioria das economias domésticas se compunha de pequenas propriedades – coisa que é típica como um todo para Laichingen dos séculos XVII ao XIX, mas também para o antigo Württemberg. A “salvação” garantida pela “perseverança” ascética – como eles mesmos diziam – deveria parecer aos tecelões, artesãos e camponeses de Laichingen, mas também para os “pequenos” de Württemberg em geral, mais sensata e necessária do que a idéia de uma “escolha pela graça” que se alcançaria através de uma atividade empresarial bem-sucedida.

A mentalidade do Pietismo luterano de Laichingen – poderia dizer-se de forma algo forçada – se desenvolvia na direção de uma “ética protestante” a quem faltava o “espírito do capitalismo”, no sentido em que Max Weber o concebia. Tratava-se de uma ética protestante que, sem dúvida, tinha como conseqüência a “dedicação ao ofício” e a “proto-industrialização”, que, no entanto, não deu origem nem a um “espírito capitalista” nem a estruturas protocapitalistas. Verificava-se aí uma síntese característica entre uma fé

salvacionista de cunho pietista, uma operosidade suábica e o apego à pequena propriedade, o que teve uma influência decisiva e profunda sobre as formas locais de vida. Ela encontrava sua forma secularizada de expressão na mentalidade suábica do *Schaffe, schaffe, Häusle baue* (trabalhar, trabalhar, construir casinha), a qual, de forma alguma, parece típica só de Laichingen, mas é conhecida, no mundo todo, como *peculiarity of the Württembergers*.

Esse ponto esclarece um dos argumentos mais importantes do meu livro e de meu modo de fazer Micro-História e Antropologia Histórica. De forma alguma procuro abandonar qualquer teorização. O tratado de Max Weber sobre as relações entre ética protestante e “espírito do capitalismo” foi muito importante para aguçar a minha capacidade de enxergar. Mas a minha pesquisa reivindica uma forma de escrever História que, conscientemente, abre mão de colocar-se “nos ombros de gigantes”, como disse Robert Merton (1980), para tirar daí grande parte de sua autoconfiança. Ela não teme a argumentação a partir de elaborações teóricas dos “gigantes” nem deixa de considerar os impulsos que elas possam dar. Mas, sob muitos aspectos, ela se interessa mais pelas visões humanas sobre a história local, e também pelas visões críticas sobre a obra dos “gigantes”, do que pelas grandes perspectivas globais.

Não vou entrar em detalhes do meu trabalho, em vez disso quero – para finalizar – contar uma parábola ilustrativa originária da Índia, que parece adequar-se à situação da Antropologia Histórica. Essa parábola foi trazida à discussão por Jerome Bruner e depois por Clifford Geertz (1995), em seu livro *After the fact*.

Um sábio está agachado diante de um elefante parado à sua frente, enorme, ereto, poderoso. O sábio diz: Isto *não* é um elefante. Só mais tarde, quando o elefante se vira e começa a trotar embora, o sábio passa a ser assaltado pela dúvida de que talvez realmente se tratasse de um elefante. Por fim, quando o elefante tinha se afastado totalmente do seu campo de visão, o sábio descobre as pegadas que o animal deixara e, então, proclama com toda a certeza: “ali está um elefante” (Geertz, 1995, p. 167).

Essa história me parece constituir uma parábola pertinente para a forma de conhecimento, para as possibilidades, mas também para os limites da Antropologia Histórica.

A Antropologia Histórica, sob muitos aspectos, deve enfrentar uma situação *after the fact*. Isso atinge, em primeiro lugar, e, sobretudo, seu esforço específico pela reconstituição de ações humanas passadas. Aqui os tempos do positivismo, que, nas palavras de Ranke, acreditava estabelecer “o que realmente aconteceu”, são definitivamente passados. Mas também

uma Hermenêutica histórica do ser e da tradição está no fim. Essa, na sua compreensão e na sua interpretação, se baseava no pressuposto de uma relação histórico-causal direta entre passado, presente e futuro, podendo, com isso, proceder segundo o lema: “A vida é vivida para frente, mas entendida para trás” (Kierkegaard). Ao contrário desse pressuposto, a aproximação histórico-antropológica à História justamente se baseia nos momentos de estranhamento e de diferenciação das realidades do passado, cabendo-lhe, exatamente, a tentativa de colocá-los em evidência. Isso é entendido como uma tarefa crítica, que se opõe a todo e qualquer pressuposto não questionado de uma relação entre passado e presente; ela se opõe, como disse Ute Daniel, a toda “concepção substancialista de ‘História’” (Daniel, 1997, p. 198).

É verdade que a Antropologia Histórica fica restrita à decifração das pequenas e grandes pegadas e dos detalhes transmitidos do passado, exatamente para também reconstruir relações mais amplas. Mas ela não pode esquecer que esses esforços de reconstrução ocorrem numa situação pós-positivista, pós-estruturalista, pós-colonial. Nessa situação, o reconhecimento de que todo o conhecimento e toda a narração históricos têm um caráter especificamente cultural, lingüístico e retórico deve constituir o ponto de partida de qualquer esforço de uma reconstrução histórica. Esse reconhecimento constitui o aspecto específico daquilo que é conhecido como o *cultural turn* nas Ciências Sociais e nas Ciências da Cultura dos últimos 15 anos.

A Antropologia Histórica, no entanto, também pode contribuir para explorar caminhos *Beyond the cultural turn* – esse o título de uma coletânea que a historiadora e teórica americana da cultura Lynn Hunt publicou juntamente com a socióloga Victoria Bonnell (1999). Nesse livro, as responsáveis por sua edição defendem uma *reconceptualisation of the social: life without it [the social] has proved impossible* (Bonnell; Hunt, 1999, p. 11). Que se deve destacar, no entanto, é que também o substrato social e material da História, depois do *cultural turn*, aparece sob uma outra luz. Mas, depois do *cultural turn*, não há, nas Ciências Sociais e nas Ciências da Cultura, nenhum caminho de retorno aos velhos pressupostos holísticos em torno dos efeitos de dimensões variadas do social, do cultural e do político na História.

A Antropologia Histórica procura, por assim dizer, os pontos de inflexão, bem como os pedaços faltantes dos processos históricos dentro das formas de percepção e de comportamento dos homens. Ela nos leva a testar a amplamente difundida idéia de que a força de transformação na História só pode ser encontrada numa relação de causas e de eventos, sem, no entanto, negar o efeito de processos globais. A discussão mais recente sobre a

globalização tem acentuado que a uniformização e a simultânea fragmentação e *localização* do mundo constituem duas faces do mesmo processo, mas esse reconhecimento deveria ser repensado e pesquisado no que tange aos caminhos a serem seguidos no futuro pela Antropologia Histórica.

É com esse tipo de tarefa que as Ciências da Cultura se vêm confrontadas no início do século XXI. A Ciência Histórica da Cultura, tal qual ela surgiu na virada do século XIX para o XX, praticamente não dá conta desses problemas.

Mas deficitária também se mostra uma Antropologia Cultural que reconstrói culturas parciais ou espaços culturais como relações de tradição ou de identidade fechadas; ou que restringe seu objeto à investigação das variantes históricas de constantes, ou achados fundamentais sobre o agir humano. As múltiplas rupturas e sobreposições com as quais as culturas não devem contar apenas a partir da perspectiva de hoje em dia, exigem, justamente, um desenvolvimento maior da Antropologia Histórica. O que se deve ter em vista é uma *Antropologia da História*. Essa expressão significa, para mim, uma Antropologia das formas de conhecimento e de ação historicamente determinadas e determinantes em sua formação de redes, suas diferenciações, rupturas e afinidades especificamente culturais.

Notas

¹ Uma versão deste texto foi apresentada como Aula Inaugural na Faculdade de Filosofia da Universidade de Erfurt, no dia 3 de julho de 2000, no âmbito do Forum Kulturwissenschaften (Fórum sobre Ciências da Cultura). Outra versão foi apresentada no Congresso History on the move, em Basileia nos dias 22 e 23 de setembro de 2000). A presente versão é dedicada a Martin Schaffner pelo seu 60º aniversário.

² Tendo em vista que este texto apresenta uma discussão típica da historiografia alemã, optou-se por traduzir os conceitos-chave utilizados pelo autor de uma forma tal que refletissem da maneira mais fiel possível o original alemão. Assim, traduziu-se *Geschichtswissenschaft* por Ciência Histórica (e não por *História* nem

por *Ciência da História*), *Historische Kulturwissenschaft* por *Ciência Histórica da Cultura*; manteve-se *História Social* para *Sozialgeschichte* e *Ciência Social Histórica* para *Historische Sozialgeschichte*, lembrando que esta última expressão é o subtítulo da revista *Geschichte und Gesellschaft* (História e Sociedade), que representa a corrente com que o autor aqui polemiza (N. T.).

³ Cf., a respeito, Wehler (s. d., p. 307 ss). Ali há uma manifestação sobre a recepção de Foucault nos Estados Unidos, onde este seria apresentado “livre de todos os traços charlatanescos, imaculado de qualquer conhecimento da Hermenêutica, representante do pensamento selvagem pós-moderno, como gênio a indicar o caminho”.

⁴ O autor cita Durkheim (1986, p. 603).

⁵ A compreensão de Ciência Histórica da Cultura em Oexle não visa, naturalmente, ao estabelecimento de uma metadisciplina *Ciência da Cultura*, como tende a acontecer em Böhme, Matussek e Müller (2000).

⁶ Uma primeira tentativa foi feita sob o significativo título de *Historical Anthropology: the unwaged debate*, em 1996, no caderno editado por Don Kalb, Hans Marks e Herman Tak da revista holandesa *Focaal: Tijdschrift voor Anthropologie*, n. 26/27. [Com a expressão “esta revista” o autor se refere, aqui, a *Historische Anthropologie* – Antropologia Histórica –, na qual o presente texto foi originalmente publicado: ano 9, nº 1, 2001, p. 78-92. Agradecemos ao autor pela gentil permissão para esta tradução. N. T.].

⁷ Ulrich Raulff constata, com razão, em sua resenha crítica dos três primeiros anos desta revista que as contribuições, muitas vezes, “são extremamente carregadas de teoria”, sem que ocorra um debate teórico em torno das posições básicas defendidas pela revista: “Cada artigo aparece como exemplar de uma nova categoria e carrega toda a responsabilidade para demonstrar seu

direito de existência” (Raulff, 1996, p. 73). Também Karin Hausen propõe, em sua radiografia dos primeiros anos da revista, em 1997, a instalação de um fórum de discussão com auto-reflexões críticas para tocar para frente as posições programáticas básicas defendidas na revista (Hausen, 1997, p. 462).

⁸ É significativo que também Clifford Geertz, entretimentos, tenha aderido a esse tipo de questionamento em relação a conceitos culturais homogeneizantes frente a um mundo fragmentado em função dos processos de globalização. Ele pergunta: “What is a culture, if it is not a consensus?” (Geertz, 2000, p. 246).

⁹ A respeito do conceito híbrido de Cultura, cf. Bhabha (2000); e Bronfen e Marius (1997).

¹⁰ Em especial a introdução. Uma classificação e crítica historiográficas cf. em Biernacki (1999).

¹¹ Cf., a respeito, sobretudo os avanços em relação ao tema nos trabalhos de Jürgen Osterhammel (1996 e 1998).

¹² Autores que avançam nessa análise são Mazlish e Bultjens (1993); Dirlík (2000).

Referências bibliográficas

- BACHMANN-MEDICK, Doris (Ed.). *Kultur als Text: die anthropologische Wende in der Literaturwissenschaft*. 2. ed. Frankfurt: 1998.
- BABLER, Moritz (Ed.). *New Historicism: Literaturgeschichte als Poetik der Kultur*. Frankfurt: 1995.
- BERG, Eberhard; FUCHS, Martin (Eds.). *Kultur, soziale Praxis, Text: die Krise der ethnographischen Repräsentation*. 2. ed. Frankfurt: 1995.
- BHABHA, Homi K. *Die Verortung der Kultur*. Tübingen: 2000.
- BIERNACKI, Richard. After the New Cultural History. In: BONNEL, Victoria E.; HUNT, Lynn (Eds.). *Beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture*. Berkeley/Los Angeles: 1999. p. 62-92.
- BLOCH, Marc. *Apologie der Geschichte oder Der Beruf des Historikers*. Stuttgart: 1992.
- _____. *Apologie pour l'histoire ou Metier de l'historien*. Paris: 1993 (1. ed., póstuma, de 1949).
- _____. *Aus der Werkstatt des Historikers: zur Theorie und Praxis der Geschichtswissenschaft*. Frankfurt/New York: 2000.
- _____. *Apologie der Geschichte oder Das Handwerk des Historikers*. Stuttgart: 2001.
- BÖHME, Hartmut; MATUSSEK, Peter; MÜLLER, Lothar. *Orientierung Kulturwissenschaft: was sie kann, was sie will*. Reinbeck: 2000.
- BONNEL, Victoria E.; HUNT, Lynn (Eds.). *Beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture*. Berkeley/Los Angeles: 1999.
- BRONFEN, Elisabeth; MARIUS, Benjamin (Eds.). *Hybride Kulturen: Beiträge zur anglo-amerikanischen Multikulturalismusedebatte*. Tübingen: 1997.
- CVETKOVITCH, Ann; KELLNER, Douglas (Eds.). *Articulating the global and the local: globalization and cultural studies*. Boulder/Colorado: 1997.
- DANIEL, Ute. Clio unter Kulturschock: zu den aktuellen Debatten der Geschichtswissenschaft (Teil I und II). *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht*, nº 48, 1997. p. 195-278.
- DIRLIK, Arif. *Postmodernity's Histories: the past as legacy and project*. Lanham/Boulder/New York: 2000.
- DURKHEIM, Émile. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: 1986.
- GEERTZ, Clifford. Dichte Beschreibung: Bemerkungen zu einer deutenden Theorie von Kultur. In: GEERTZ, Clifford. *Dichte Beschreibung: Beiträge zum Verstehen kultureller Systeme*. Frankfurt: 1983. p. 7-43.
- _____. The world in pieces: culture and politics at the end of the century. In: GEERTZ, Clifford. *Available light: anthropological reflections on philosophical topics*. Princeton: 2000. p. 218-262.
- _____. *After the fact: two countries, four decades, one anthropologist*. Cambridge/Mass: 1995.
- HARDTWIG, Wolfgang; WEHLER, Hans-Ulrich (Eds.). *Kulturgeschichte heute*. Göttingen, 1996.
- HAUSEN, Karin. Historische Anthropologie – ein historiographisches Programm? *Historische Anthropologie*, n. 5, p. 454-462, 1997.
- HEBEL, Udo. Der amerikanische New Historicism der achtziger Jahre: Bestandaufnahme einer neuen Orthodoxie kulturwissenschaftlicher Literaturinterpretation. *Amerikastudien*, n. 37, p. 325-347. 1992.

- HUNT, Lynn (Ed.). *The New Cultural History*. Berkeley/Los Angeles: 1989.
- LEHMKUHL, Ursula; SCHMIDT, Peer. Globalisierung. In: VÖLKER-RASOR, Anette (ed.). *Frühe Neuzeit*. Munique, 2000, p. 307-314.
- LEVI, Giovanni. On Microhistory. In: BURKE, Peter (ed.). *New perspectives in historical writing*. Oxford: 1991. p. 93-113.
- LÜDTKE, Alf (Ed.). *Alltagsgeschichte: zur Rekonstruktion historischer Erfahrungen und Lebensweisen*. Frankfurt: 1989.
- MAZLISH, Bruce; BUULTJENS, Ralph (eds.). *Conceptualizing History*. Boulder/San Francisco/Oxford: 1993.
- MEDICK, Hans. Missionare im Ruderboot? Ethnologische Erkenntnisweisen als Herausforderung an die Sozialgeschichte. *Geschichte und Gesellschaft*, ano 10, n. 3, p. 295-319, 1984.
- _____. Missionare im Ruderboot. In: LÜDTKE, Alf (ed.). *Alltagsgeschichte: zur Rekonstruktion historischer Erfahrungen und Lebensweisen*. Frankfurt: 1989, p. 48-84.
- _____. *Weben und Überleben in Laichingen 1650-1900: Lokalgeschichte als Allgemeine Geschichte*. 2. ed., Göttingen: 1997.
- MERTON, Robert. *Auf den Schultern von Riesen: ein Leitfaden durch das Labyrinth der Gelehrsamkeit*. Frankfurt: 1980.
- OEXLE, Otto Gerhard. Geschichte als Historische Kulturwissenschaft. In: HARDTWIG, Wolfgang; WEHLER, Hans-Ulrich (Eds.). *Kulturgeschichte heute*. Göttingen: 1996. p. 14-40.
- _____. Naturwissenschaft und Geschichtswissenschaft: Momente einer Problemgeschichte. In: OEXLE, Otto Gerhard. *Naturwissenschaft, Geisteswissenschaft, Kulturwissenschaft: Einheit – Gegensatz – Komplementarität?* Göttingen: 1998. p. 99-151.
- _____. Kultur, Kulturwissenschaft, Historische Kulturwissenschaft. *Mittelalter: Perspektiven mediävistischer Forschung*, n. 5, p. 13-33, 2000.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. Transkulturell vergleichende Geschichtswissenschaft. In: HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen (eds.). *Geschichte und Vergleich: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung*. Frankfurt: 1996. p. 271-313).
- _____. Zivilisationen im Vergleich: Möglichkeiten und Probleme. *Beiträge zur Historischen Sozialkunde: neue Entwicklungen in der Geschichtswissenschaft*, n. 28, p. 34-40. (caderno especial). 1998.
- RAULFF, Ulrich. "Historische Anthropologie": ein Programm und eine Zeitschrift. *Rechtshistorisches Journal*, n. 15, 1996, p. 65-79.
- SCHLUMBOHM, Jürgen (ed.). *Mikrogeschichte – Makrogeschichte, komplementär oder inkommensurabel?* Göttingen, 1998.
- SEWELL, William H. The concept(s) of culture. In: BONNEL, Victoria E.; HUNT, Lynn (eds.). *Beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture*. Berkeley/Los Angeles, 1999, p. 35-61.
- WEHLER, Hans-Ulrich. *Rückblick und Ausblick oder: arbeiten, um überholt zu werden?* Bielefeld: 1996.
- _____. *Die Herausforderung der Kulturgeschichte*. Munique: 1998.
- _____. *Umbruch und Kontinuität: Essays zum 20. Jahrhundert*. Munique, 2000.
- _____. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts, 1945-2000*. Essen: s. d.
- WOLF, Eric R. *Europe and the people without History*. Berkeley/Los Angeles: 1982.
- _____. *Die Völker ohne Geschichte: Europa und die andere Welt seit 1400*. Frankfurt: 1986.